



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE JANEIRO DE 1990

ANO XVI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª SESSÃO

DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE JANEIRO DE 1990

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 001/90

Curitiba, 02 de janeiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar as providências que se fizeram necessárias no

sentido de que a medida constante da Mensagem nº 6/89-PGJ (cópia em anexo), seja incluída no rol das matérias para apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
MENSAGEM Nº 6/89-PGJ.

Curitiba, 26 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente:

Nos termos dos artigos 65 e 116 da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a elevada apreciação da Assembléia Legislativa, o anexo Anteprojeto de lei, que dispõe sobre as eleições destinadas a formação da lista tríplice para a escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Estado.

A necessidade de se estabelecer a forma para a escolha do Procurador-Geral de Justiça decorre do disposto no artigo 128, § 3º, da Constituição Federal e do artigo 116 da Constituição Estadual, normas essas que objetivam democratizar o processo do preenchimento do cargo de Chefe da Instituição, como corolário das disposições constitucionais que asseguram ao Ministério Público e aos seus membros ampla autonomia e independência.

O anteprojeto busca regulamentar as normas gerais e aplicáveis ao pleito, de forma a garantir a participação de todos os membros da classe, em respeito aos princípios democráticos consagrados em nosso ordenamento constitucional.

De se acentuar que a matéria ora proposta encerra antiga aspiração da classe e certamente encontrará a melhor receptividade junto a essa Augusta Casa Legislativa.

Ao ensejo reafirmo a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Dispõe sobre as eleições destinadas à formação da lista tríplice para a escolha e nomeação do PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA.

Art. 1º - O Ministério Público tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça,

Curitiba, segunda, em 08.01.90

meado pelo Governador do Estado, após a aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da Carreira, indicados em lista tríplice elaborada na forma desta lei, por todos os seus membros, para mandato de dois (2) anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.

Art. 2º - Para a formação da lista tríplice, são eleitores todos os membros do Ministério Público, em exercício.

Art. 3º - São elegíveis os integrantes vitalícios da carreira, que tenham requerido sua inscrição como candidatos até cinco dias, a contar da publicação do edital de chamamento, a ser baixado pela Procuradoria-Geral de Justiça, na imprensa oficial.

Parágrafo Único - A lista dos candidatos inscritos será publicada, no órgão oficial, no prazo de três dias, após o encerramento das inscrições.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Superior do Ministério Público a regulamentação do processo eleitoral.

Art. 5º - Serão considerados incluídos na lista para escolha do Procurador-Geral de Justiça, pelo sistema plurinominal, os três candidatos mais votados, e, em caso de empate, será incluído, sucessivamente, o candidato de maior tempo na carreira, o de maior tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná, e, o mais idoso.

Art. 6º - A lista tríplice será encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça ao Governador do Estado, para escolher, no prazo de dez dias, o nome de um dos indicados, que será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa.

Art. 7º - Após a aprovação da Assembleia Legislativa, que se dará no prazo de quinze dias, o Governador do Estado efetivará a respectiva nomeação, em cinco dias.

Art. 8º - O Procurador-Geral de Justiça tomará posse e entrará em exercício perante o Colégio de Procuradores, no prazo máximo de dez dias.

Art. 9º - As eleições para a formação da lista tríplice serão realizadas no prazo máximo de 30 dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) LUIZ CHEMIM GUMARAES
Procurador-Geral de Justiça

MENSAGEM N° 002/90

Curitiba, 08 de janeiro de 1990.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a medida constante da Mensagem n° 114/89, de 06 de dezembro de 1989, seja incluída no rol das matérias para apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N° 003/90

Curitiba, 08 de janeiro de 1990.
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1990, os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da administração direta e das autarquias do Poder Executivo, assim como adotar outras providências.

A medida ora encaminhada a essa Augusta Assembleia Legislativa reflete a constante preocupação do Governo no sentido de assegurar ao funcionalismo remuneração em níveis justos e atualizados, obviamente que na medida das possibilidades do erário público.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e significado da medida ora proposta, é anexada cópia autêntica do Ofício n° 015/90, desta data, que me foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Tendo em vista o assunto versado e os elevados interesses públicos solicito que a presente proposição seja apreciada no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o anexo plano de lei merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da administração direta e das autarquias do Poder Executivo, ficam reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo Único, desta lei.

Art. 2º - O soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado fica fixado em R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos reais), a contar de 1º de janeiro de 1990.

em NCz\$ 8.864,93 (oito mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzados novos e noventa e três centavos) e a tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo art. 107, da Lei número 6.417, de 03 de julho de 1973, com nova redação dada pelo art. 2º, da Lei número 9.161, de 20 de dezembro de 1989, passa a vigorar com os seguintes índices:

1 -	Oficiais Superiores:	
	Coronel	1.000
	Tenente-Coronel	900
	Major	868
2 -	Oficiais Intermediários:	
	Capitão	695
3 -	Oficiais Subalternos:	
	Primeiro Tenente	590
	Segundo Tenente	500
4 -	Praças Especiais:	
	Aspirante a Oficial	395
	Aluno (último ano)	303
	Aluno (demais anos)	250
5 -	Praças:	
	Subtenente	362
	1º Sargento	345
	2º Sargento	335
	3º Sargento	325
	Cabo	315
	Soldado de 1ª Classe	305
	Soldado de 2ª Classe	250

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em NCz\$ 19.911,00 (dezenove mil, novecentos e onze cruzados novos) de vencimento e NCz\$ 19.911,00 (dezenove mil, novecentos e onze cruzados novos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4º - Os vencimentos fixados nas tabelas relativas aos cargos de Delegado de Polícia, aos cargos integrantes do Quadro da Coordenação da Receita do Estado e aos postos e graduações dos policiais militares absorvem as vantagens de que trata a Lei nº 8.931, de 24 de janeiro de 1989.

Art. 5º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, a que se refere o art. 4º, da Lei número 9.109, de 6 de novembro de 1989, fica fixado em NCz\$ 27,50 (vinte e sete cruzados novos e cinquenta centavos).

Art. 6º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 29,88 (vinte e nove cruzados novos e oitenta e oito centavos) e o valor das Pensões Especiais para NCz\$ 532,49 (quinhentos e trinta e dois cruzados novos e quarenta e nove centavos).

Art. 7º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete de Chefe de Núcleo Regional de Educação, Diretor Titular e Diretor Auxiliar de estabelecimentos de ensino. Assistente de Núcleo Regional de Educação e Inspetor Estadual de Educação, ficam reajustados em 183,53% (cento e oitenta e três inteiros e cinquenta e três

centésimos por cento). Os valores da Gratificação de Produtividade e das demais Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 8º - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores civis e militares do Estado, inclusive das fundações públicas, durante o exercício de 1990, serão reajustados, a título de antecipação, da seguinte forma:

1 - O IPC (Índices de Preço ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado nos meses de fevereiro e agosto, na razão de 25% (vinte e cinco por cento) e os restantes 50% (cinquenta por cento) serão aplicados no mês de janeiro de 1991;

2 - nos meses de março, maio, junho, setembro, novembro e dezembro, será aplicado o IPC verificado no mês imediatamente anterior, deduzido o percentual previsto no parágrafo 1º;

3 - no mês de abril, será aplicado o residual do IPC do mês de fevereiro e o IPC integral do mês de março;

4 - no mês de julho, será aplicado o residual do IPC do mês de abril e maio e o IPC integral do mês de junho;

5 - no mês de agosto, serão aplicados os 25% (vinte e cinco por cento) do IPC de janeiro e o IPC de julho, com a dedução prevista no parágrafo 1º;

6 - no mês de outubro, será aplicado o residual do IPC dos meses de julho e agosto e o IPC integral do mês de setembro.

Parágrafo 1º - Quando o IPC situar-se acima de 40% (quarenta por cento), será feita uma dedução de 15% (quinze por cento), quando for entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), haverá uma dedução de 10% (dez por cento), e quando for até 20% (vinte por cento), haverá uma dedução de 5% (cinco por cento).

Parágrafo 2º - Aos servidores dos quadros das fundações, será aplicado o disposto neste artigo, a partir do mês de fevereiro.

Parágrafo 3º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de janeiro de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

VIG. 01/90

ANEXO ÚNICO

TABELA I	
ENGENHEIROS	
ENGENHEIRO DE 1ª CLASSE	11.532,70
ENGENHEIRO DE 2ª CLASSE	10.398,21
ENGENHEIRO DE 3ª CLASSE	9.377,94
ENGENHEIRO DE 4ª CLASSE	8.459,30
ENGENHEIRO DE 5ª CLASSE	7.540,79

TABELA II
VIGÊNCIA: JANEIRO DE 1990

SALÁRIOS DE CARGOS CLT

CIT/REF PAD/REF	A 1	B 2	C 3	D 4	E 5	F 6	G 7	H 8	I 9	J 10
A	1.564,40	1.626,98	1.692,06	1.759,74	1.830,13	1.903,33	1.979,47	2.058,65	2.160,99	2.326,63
B	1.754,79	1.824,98	1.897,98	1.973,90	2.052,85	2.134,97	2.220,37	2.339,18	2.401,56	2.097,61
C	1.968,35	2.047,68	2.128,96	2.214,12	2.302,69	2.394,79	2.490,59	2.570,21	2.693,02	2.091,57
D	2.207,89	2.296,21	2.388,06	2.483,58	2.582,92	2.686,24	2.793,69	2.905,44	3.021,66	3.142,52
E	2.476,69	2.575,66	2.678,69	2.785,83	2.697,27	3.013,16	3.133,68	3.259,03	3.389,31	3.524,97
F	2.778,00	2.009,12	3.004,68	3.124,87	3.249,86	3.379,86	3.515,05	3.655,65	3.801,09	3.353,96
G	3.116,03	3.240,72	3.370,35	3.505,17	3.645,37	3.791,19	3.942,83	4.100,55	4.260,57	4.335,15
H-IV	4.290,78	4.462,42	4.640,91	4.826,55	5.019,61	5.220,40	5.429,21	5.646,33	5.872,20	6.197,12
H-III	5.163,53	5.370,07	5.594,87	5.808,27	6.040,60	6.282,22	6.533,51	6.794,85	7.066,65	7.349,30
H-II	6.213,79	6.462,35	6.720,84	6.989,67	7.269,26	7.550,03	7.862,43	8.176,93	8.504,01	44,17
H-I	7.477,69	7.776,79	8.687,86	8.411,37	8.747,83	9.097,74	9.461,65	9.040,12	10.233,72	433,07
I-IV	5.163,53	5.370,07	5.584,87	5.686,27	6.040,60	6.282,22	6.533,51	6.794,85	7.066,65	7.349,31
I-III	6.213,79	6.452,35	6.720,84	6.989,67	7.269,26	7.560,03	7.862,43	8.176,93	8.504,00	8.644,17
I-II	7.477,68	7.776,79	8.087,06	8.411,37	8.747,83	9.097,74	9.461,65	9.040,12	10.233,72	9.643,07
I-I	8.998,64	9.359,58	9.732,93	10.122,24	10.527,13	10.948,22	11.336,15	11.041,59	12.315,20	12.007,87

SIP/REF PAD/REF	N 11	P 12	Q 13	R 14	S 15	T 16	% 17	K 18	Y 19	W 20	Z 21
A	2.315,70	2.408,32	2.504,66	2.604,84	2.709,04	2.817,40	2.930,09	3.047,30	3.169,99	3.295,96	3.427,00
B	2.597,52	2.701,42	2.809,47	2.921,85	3.038,73	3.160,28	3.286,69	3.418,15	3.554,00	3.697,08	3.844,96
C	2.913,63	3.030,18	3.151,39	3.277,44	3.408,54	3.544,88	3.686,68	3.834,14	3.987,51	4.147,01	4.312,89
D	3.268,22	3.398,95	3.534,91	3.676,31	3.823,36	3.976,29	4.135,35	4.300,76	4.472,79	4.651,70	4.837,77
E	3.665,97	3.812,60	3.965,11	4.123,71	4.288,66	4.460,21	4.638,62	4.824,16	5.017,13	5.217,81	5.426,53
F	4.112,11	4.276,60	4.447,66	4.625,57	4.810,59	5.003,02	5.203,14	5.411,26	5.627,71	5.852,82	6.086,93
G	4.612,56	4.797,06	4.988,94	5.188,50	5.396,04	5.611,88	5.836,36	6.069,81	6.312,60	6.565,11	6.827,71
H-IV	6.315,41	6.605,47	6.869,68	7.144,47	7.430,25	7.727,46	8.036,56	8.358,02	8.692,30	,04	9.401,64
H-III	7.643,29	7.949,02	8.266,98	8.597,66	8.941,56	9.299,23	9.671,20	10.058,04	10.460,97	10.878,78	11.313,93
H-II	9.197,93	9.565,85	9.948,48	10.346,42	10.760,28	11.190,69	11.638,32	12.103,85	12.588,01	12.091,53	13.615,19
H-I	11.068,79	11.511,54	11.972,00	12.450,89	12.948,92	13.466,88	14.005,55	14.565,77	15.148,00	15.754,34	16.384,52
I-IV	7.643,29	7.949,02	8.266,98	8.597,66	8.941,56	9.299,23	9.671,20	10.058,04	10.460,37	878,78	11.313,93
I-III	9.197,93	9.565,85	9.948,48	10.346,42	10.760,28	11.190,69	11.638,32	12.103,85	12.588,01	091,53	13.615,19
I-II	11.068,79	11.511,54	11.972,00	12.450,89	12.948,92	13.466,88	14.005,55	14.565,77	15.148,00	754,34	16.384,52
I-I	13.320,18	13.852,99	14.407,11	14.983,40	15.582,73	16.206,04	16.854,28	17.528,45	18.229,57	19.958,77	19.717,13

REF.: JANEIRO DE 1990

TABELA III
QUADRO DA POLÍCIA CIVIL

CARGOS	VENCIMENTOS			
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe
Médico Legista	8.373,54	7.975,05	7.576,03	7.177,30
Perito Criminal	8.373,54	7.975,05	7.576,03	7.177,30
Químico Legal	8.373,54	7.975,05	7.576,03	7.177,30
Toxicologista	8.373,54	7.975,05	7.576,03	7.177,30
Detetive	5.981,09	5.482,67	4.984,24	4.485,82
Escrivão de Polícia	5.981,09	5.482,67	4.984,24	4.485,82
Agente de Segurança	3.969,47	3.539,83	3.413,20	3.266,69
Dactiloscopista	4.984,24	4.256,58	3.969,44	3.682,34
Técnico Telec. Policiais	4.386,13	4.114,00	3.897,74	3.682,30
Técnico Manut. Policial	3.969,47	3.539,83	3.413,20	3.266,69
Operador Telec. Policiais	3.539,80	3.413,18	3.314,53	3.266,67
Identif. Dactiloscop.	3.413,22	3.364,25	3.314,57	3.266,70
Carcereiro	3.413,22	3.364,25	3.314,57	3.266,70
Auxiliar Manut. Policial	3.413,22	3.364,25	3.314,57	3.266,70
Auxiliar de Necropsia	3.413,22	3.364,25	3.314,57	3.266,70
Perito Policial	5.981,09			
Comissário	6.479,51			

VIG.: JANEIRO/90

TABELA IV
QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

T03

REFERÊNCIA	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	2.292,20	2.636,03	3.163,23	3.637,72	4.183,38
2	2.367,84	2.723,02	3.267,62	3.757,76	4.321,43
3	2.445,98	2.812,88	3.375,45	3.881,77	4.464,04
4	2.526,70	2.905,70	3.486,84	4.009,87	4.611,35
5	2.610,08	3.001,59	3.601,91	4.142,19	4.763,52
6	2.696,21	3.100,64	3.720,77	4.278,89	4.920,72
7	2.785,19	3.202,96	3.843,56	4.420,09	5.083,10
8	2.877,10	3.308,66	3.970,39	4.565,95	5.250,85
9	2.972,04	3.417,85	4.101,42	4.716,63	5.424,12
10	3.070,12	3.530,64	4.236,76	4.872,28	5.603,12
11	3.171,43	3.647,15	4.376,58	5.033,06	5.788,02

VIG. 01/90 TABELA V
QUADRO ÚNICO
PROF. S/HABIL. E PROF. REGIONALISTA

REFERÊNCIA	S/HABILITAÇÃO	REGIONAL.
1	1.719,15	1.948,37
2	1.770,72	2.006,82
3	1.823,84	2.067,02
4	1.878,56	2.129,03
5	1.934,92	2.192,91
6	1.992,96	2.258,69
7	2.052,75	2.326,45
8	2.114,34	2.396,25
9	2.177,77	2.468,13
10	2.243,10	2.542,18
11	2.310,39	2.618,44

VIG.: 01/90 TABELA VI T03
MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

REFERÊNCIA	INSTRUTOR	ASSIST.	TITULAR
1	4.376,57	4.551,64	4.733,70
2	4.595,40	4.779,22	4.970,39
3	4.825,17	5.018,18	5.218,91
4	5.066,43	5.269,09	5.479,85
5	5.319,75	5.532,54	5.753,84
6	5.585,74	5.809,17	6.041,54
7	5.865,03	6.099,63	6.343,61
8	6.158,28	6.404,61	6.660,79
9	6.466,19	6.724,84	6.993,83
10	6.789,50	7.061,08	7.343,53
11	7.128,98	7.414,14	7.710,70

VIG. 01/90 TABELA VII T03
QUADRO ÚNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - Licenciatura Plena - 22 horas	1.529,08
LP - Licenciatura Plena - 15 horas	1.086,91
LP - Licenciatura Plena - 10 horas	968,85
LC - Licenciatura Curta - 22 horas	1.313,71
LC - Licenciatura Curta - 15 horas	981,27
LC - Licenciatura Curta - 10 horas	960,72
NL - Não Licenciado - 22 horas	1.104,95
NL - Não Licenciado - 15 horas	974,83
NL - Não Licenciado - 10 horas	944,47

VIG. 01/90 TABELA IX T08
CARGOS EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO

A) Cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS

SÍMBOLO DAS-1	7.075,26
DAS-2	6.481,20
DAS-3	5.974,02
DAS-4	5.284,28
DAS-5	4.760,61

B) Cargos em Comissão

SÍMBOLO 1-C	3.072,22
2-C	2.837,35
3-C	2.619,18
4-C	2.419,28
5-C	2.274,12
6-C	2.137,67
7-C	2.009,41
8-C	1.888,85
9-C	1.775,52
10-C	1.668,98
11-C	1.585,54
12-C	1.506,26
13-C	1.430,95
14-C	1.359,40
15-C	1.291,43

TABELA X
FUNÇÃO GRATIFICADA DO PODER EXECUTIVO

SÍMBOLO 1-F	287,26
2-F	243,85
3-F	215,03
4-F	172,61
5-F	157,75
6-F	128,77
7-F	99,99
8-F	86,30
9-F	70,46
10-F	57,13

À Diretoria Legislativa

VIGÊNCIA: JANEIRO DE 1990 TABELA VIII
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

A) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	1.564,40	1.626,98	1.692,06	1.759,74	1.830,13	1.903,33	1.979,47	2.058,65	2.140,99	2.226,63	2.315,70
B	1.754,79	1.824,98	1.897,98	1.973,90	2.052,85	2.134,97	2.220,37	2.309,18	2.401,55	2.497,61	2.597,56
C	1.968,35	2.047,08	2.128,96	2.214,12	2.302,69	2.394,79	2.490,59	2.590,21	2.693,82	2.801,57	2.913,63
D	2.207,89	2.296,21	2.388,06	2.483,58	2.582,92	2.686,24	2.793,69	2.905,44	3.021,66	3.142,52	3.266,11
E	2.476,60	2.575,66	2.678,69	2.785,83	2.897,27	3.013,16	3.133,68	3.259,03	3.389,39	3.524,97	3.665,97
F	2.778,00	2.889,12	3.004,68	3.124,87	3.249,86	3.379,86	3.515,05	3.655,65	3.801,88	3.953,93	4.112,11
G	3.116,08	3.240,72	3.370,35	3.505,17	3.645,37	3.791,19	3.942,83	4.100,55	4.264,57	4.435,15	4.612,56
H	6.213,79	6.462,35	6.720,84	6.989,67	7.269,26	7.560,03	7.862,43	8.176,93	8.504,01	8.844,17	9.197,93
I	7.477,68	7.776,79	8.087,86	8.411,37	8.747,89	9.097,74	9.461,65	9.840,12	10.233,72	10.643,00	11.068,79

B) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

A	1.283,95	1.283,95	1.283,95	1.319,99	1.372,79	1.427,70	1.484,81	1.544,20	1.605,37	1.670,21	1.737,02
B	1.316,28	1.368,93	1.423,69	1.480,63	1.539,86	1.601,45	1.665,51	1.732,13	1.801,42	1.948,41	
C	1.476,47	1.535,53	1.596,95	1.660,83	1.727,26	1.796,35	1.068,21	1.942,93	2.020,05	2.101,49	2.185,50
D	1.656,16	1.722,40	1.791,30	1.862,95	1.937,47	2.014,97	2.095,57	2.179,39	2.266,56	2.357,23	2.451,52
E	1.857,71	1.932,02	2.009,30	2.089,67	2.173,26	2.260,19	2.350,60	2.444,62	2.542,48	2.644,20	2.794,87
F	2.083,79	2.167,15	2.253,83	2.343,98	2.437,74	2.535,25	2.636,66	2.742,13	2.851,82	2.965,89	3.084,52
G	2.337,39	2.430,89	2.528,12	2.629,25	2.734,42	2.843,79	2.957,55	3.075,85	3.198,85	3.326,84	3.459,90
H	4.660,85	4.847,28	5.041,17	5.242,82	5.452,53	5.670,63	5.897,46	6.133,35	6.378,69	6.633,83	6.899,19
I	5.608,86	5.833,22	6.066,54	6.309,21	6.561,57	6.824,04	7.097,00	7.380,88	7.676,11	7.983,16	8.302,40

C) VENCIMENTOS BÁSICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J	5.083,39	5.286,73	5.498,20	5.718,13	5.946,85	6.184,72	6.432,11	6.689,40	6.956,97	7.235,25	7.524,00
---	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Ofício n° 0015/90-GS

Curitiba, 08 de janeiro de 1990.

Senhor Governador:

O último reajuste geral de vencimentos dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado foi concedido pela Lei n° 8.929, de 20 de janeiro de 1989, com efeitos financeiros a partir do dia 1° do mesmo mês e ano.

Durante o ano de 1989, foram, baixados vários atos de antecipações de vencimentos, com o objetivo de minimizar os efeitos inflacionários sobre o poder aquisitivo da remuneração dos servidores públicos, sem, contudo, cobrir a totalidade do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificada no decurso dos últimos doze meses.

Todos os estudos, pesquisas e consultas foram realizados, com a finalidade de sentir os anseios da classe e a capacidade do erário público para que a administração chegasse a um consenso sobre o critério a ser adotado no reajuste a ser proposto a partir deste mês de janeiro.

Esgotados o tempo e os estudos sobre a matéria, esta Secretaria concluiu pela reposição do resíduo decorrente da composição entre o IPC oficial e a parcela desse IPC concedida aos servidores, no ano de 1989, a título de adiantamento e pela formulação de uma política salarial para o exercício de 1990, a ser executada mediante um programa de atualização periódica de tabelas de vencimentos, com base na real variação do IPC do período.

Dentro do critério acima, foi elaborada uma minuta de anteprojeto de lei que acompanha a presente exposição, a qual estabelece o reajuste das tabelas de vencimentos, em índices concedidos às diversas categorias funcionais, de forma que, para todos os servidores, seja zerado o IPC verificado no ano findo.

Em vista da necessidade de fixação do soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar, em novos valores, foi elaborada uma outra tabela de escalonamento vertical, com índices que compatibilizam a respectiva hierarquia de remuneração.

Além disso, integra o texto da proposta um dispositivo que estabelece a política salarial para o presente exercício, com a finalidade de assegurar aos servidores do Estado a necessária reposição das perdas do poder aquisitivo. Para isso, foi estabelecido um esquema de aplicação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), baseado em critério suportável pela receita pública e capaz de assegurar a tranquilidade financeira dos servidores.

O aumento da despesa com a execução do anteprojeto de lei, ora submetido à elevada apreciação de Vossa Excelência, está em torno de NCz\$ 955.948.000,00 (novecentos e

cinquenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil cruzados novos).

Valemo-nos da oportunidade para reiterar-lhe protestos de elevada estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração

OFÍCIOS

Sob o n° DTL/SAT/240/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 165/89, em razão de motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274 e 275/89, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei.

317/89: Do PODER EXECUTIVO, que concede, a título de antecipação salarial, abono provisório, na forma que especifica, aos servidores públicos civis do Quadro Geral do Poder Executivo e aos servidores regidos pela CLT, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.143. Anote-se - Arquive-se.

318/89: Da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, que concede, aos ocupantes de cargos dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado, a título de antecipação salarial, abono provisório, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.144. Anote-se - Arquive-se.

319/89: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que concede, aos servidores do Poder Judiciário do Estado, a título de antecipação salarial, abono provisório, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.145. Anote-se - Arquive-se.

320/89: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que concede, aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, abono provisório, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.146. Anote-se - Arquive-se.

262/89: Do PODER EXECUTIVO, que extingue e cria cargos de provimento em comissão na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.147. Anote-se - Arquive-se.

163/89: De autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que declara de Utilidade Pública o "Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.148. Anote-se - Arquive-se.

249/89: De autoria do Deputado RAUL LOPES, que reconhece como entidade de Utilidade Pública a Associação da Vila Mili-

star "AVM", o qual convertido em Lei tomou o n° 9.149. Anote-se - Arquite-se.

029/89: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária de Moradores e Amigos do Humaitá", o qual convertido em Lei tomou o n° 9.150. Anote-se - Arquite-se.

240/89: De autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores - APP - da Escola Estadual Nóbrega da Cunha", com sede e foto no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.151. Anote-se - Arquite-se.

235/89: De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública estadual o "Movimento do Graal no Brasil", com sede e foro na cidade de Apucarana - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.152. Anote-se - Arquite-se.

238/89: De autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que dispõe sobre a criação do Município de Ivaté, desmembrado do Município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.153. Anote-se - Arquite-se.

343/89: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado até o valor de NCz\$ 1.226.616.000,00 e aos orçamentos próprios das autarquias, empresas públicas, fundações e órgãos de regime especial, até o valor de NCz\$ 200.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.142. Anote-se - Arquite-se.

328/89: De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede o título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor JORGE ALOYSUI WEBER e o título de cidadão benemérito do Paraná aos Senhores CARLOS ALBERTO PEREIRA, GEORGE CHRISTOFIS, RUBENS ARMANDO BRUSTOLIN, JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO e ARIIVALDO DE MELLO ARANTES, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.154. Anote-se - Arquite-se.

383/89: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de NCz\$ 172.406.775,00, ao orçamento próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - F.C.M.R., na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.155. Anote-se - Arquite-se.

192/89: Do PODER EXECUTIVO, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n° 5.944/69 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado) o qual convertido em Lei tomou o n° 9.156. Anote-se - Arquite-se.

180/89: De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que concede o título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ AROLDO GALLASSINI, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.157. Anote-se - Arquite-se.

-se

226/88: De autoria do Deputado SÉRGIO LOSSO, que declara de Utilidade Pública o Departamento Nacional Assistencial do Menor de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente, S.S.P.M.C. e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C., com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.158. Anote-se - Arquite-se.

231/89: De autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública estadual a Fundação de Estudos das Doenças do Fígado - FUNEF, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.159. Anote-se - Arquite-se.

242/89: De autoria do Deputado VALDERI VILELA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dário Veloso, com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.160. Anote-se - Arquite-se.

373/89: Do PODER EXECUTIVO, que fixa o valor do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar em NCz\$ 3.603,63 altera a tabela de escalonamento de que trata o art. 107, da Lei n° 6.417/73 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.161. Anote-se - Arquite-se.

Lei Complementar

n° 374/89: Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre o vencimento básico dos cargos integrantes da carreira e Delegado de Polícia e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n° 46. Anote-se - Arquite-se.

Lei Complementar

372/89: Do PODER EXECUTIVO, que altera, conforme especifica, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n° 47. Anote-se - Arquite-se.

382/89: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de NCz\$ 7.120.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Maringá, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.162. Anote-se - Arquite-se.

363/89: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a firmar a escritura de revogação amigável da doação do imóvel "Caieira", sito em Guaratuba, feita à COHAPAR e a doar o referido imóvel no município de Guaratuba, nas condições que especifica, o qual convertido em lei tomou o n° 9.163. Anote-se - Arquite-se.

301/89: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que denomina "Estrada Prefeito OCTÁVIO RUIQUIM", o trecho da PR-092, compreendido entre os municípios de Rio Branco do Sul e Carro Iqui, nesta estrada, o qual convertido em

130/89 - De autoria do Deputado ANTONIO KHURY, que autoriza o Poder Executivo, através da SEMED, conceder a gratificação que exporificam dos diretores das escolas municipais e aos assistentes de ensino, em qual convertido em lei tomou o nº 69.165; Anote-se. Arquivar-se, lano o , edição no .es-ovipni - en-atoná ,221.2 'n o tem Lei Complementar 65 alioira 60 :199/SAS

237/89. Da autoria do Deputado AMBIL
KURY, que acresce paragrafos ao art. 284
da Lei Complementar n.º 14/82, a qual con-
vertido em Lei Complementar tomou o n.º 48.
Anotar-se. Arquivar-se. o qual foi no dia

345/88: DO PODER EXECUTIVO, que altera os dispositivos que expediciona Lei n° 8925/88, que trata do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.166/88. Anteriormente Arquivado no Arquivo Geral da Prefeitura - Arquivo 131.0 da Prefeitura

395/89: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de NCZ\$ 875.805.000,00 no orçamento da Administração Geral do Estado, Recursos sob Supervisão da SESA, conforme especifica o qual convertido em lei tem o nº 9.167. Anote-se.

196/89: do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe que os vencimentos dos membros do Corpo Especial da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, ficam fixados em NCz\$ 16.995,00, e adota outras providências, a qual convertido em Lei tomou o n.º 9.188. Anote-se. Arquite-se.

387/89: do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar, no valor de NCz\$ 6.370.000,00 ao orçamento do próprio do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECNAR, conforme especifica, o qual convertido em Lei, tornou-se Lei 9.369. Anota-se: Arquivo de Reserva

388/89: do PODER EXECUTIVO, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.021.246,00, ao orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMPAR/PRAMA, a qual convertido em lei tomou o nº 9.170, findo-se em Arquivos; e

de obtenção das informações e, portanto, em
24/301/69, do Poder Executivo, que auto-
riza o abertura de crédito suplementar no

Curitiba, segunda, em 00.01.90

valor de NCz\$ 5.451.000,00, ao orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.171. Anote-se. Arquivar-se.

342/89: DO PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar a área de terreno que especifica, a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.172.

Sob o n.º DTL/SAT/268/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VOTADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.º 257/89 em razão dos motivos expostos.

Comissão de Constituição e Justiça - 1964

1987/04/04 1987/04/04

CONFIDENTIAL
JAN 11 1993

Através do presente, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência, para os devidos fins, o Projeto de Lei n.º 185/89, que me foi encaminhado pelo Ofício n.º 282/89, dessa Presidência, para que eu possa avaliar-me do ensino para apresentar à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ANIBAL KHURY

Digníssimo Presidente da Assembleia Legis-
lativa do Estado

N/CAPITAL

PROJETO DE LEI Nº 185/99
A Assembleia Legislativa de

Restitua-se.

Em 04.01.90.

(a) **ÁLVARO DIAS**
Governador do Estado

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto Federal nº 85.878/81 e Lei Federal nº 3.620/60, Decreto, Lei nº 5.452/43, Lei nº 2.300/86 e Decreto, nº 85.877/81 e Lei Federal nº 6.684/79, Lei Federal nº 4.769, Lei Federal nº 1.411, Lei Federal nº 5.517/68, Lei Federal nº 5.550/68 e Decreto, Lei nº 9.295/46, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos para todos os efeitos legais. ~~BRASIL, 01/08/89~~
Art. 2º - Para os efeitos da Lei nº 9.049/89, de 6 de julho de 1989, ficam in-

cluídos os profissionais de nível universitário da administração Indireta e Fundações, extensivos aos inativos regidos pela Lei Federal nº 5.194/66 e Lei Federal nº 6.496/77.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

WERNER WANDERER

1º Secretário

PIRAJÁ FERREIRA

2º Secretário

Autor do Projeto:

Deputado ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

As Leis Federais e Decretos aludidos no presente projeto de lei, regulam as profissões de Farmacêutico, Químico e Biólogo, cujos serviços profissionais estão sujeitos a "Anotação de Responsabilidade Técnica", pela execução de serviços nas respectivas funções técnicas.

Tais profissionais têm ampla responsabilidade sobre os serviços que executam, reponsabilidade esta inerente às suas profissões e por força deste fato estão obrigados a responder por sua imperícia e pelos danos dela decorrentes, que no entanto, muitas vezes são decorrência de elementos outros que não a falta de técnica ou perícia.

Assim, a presente gratificação visa conceder aos mencionados profissionais das áreas de farmácia, química e biologia, uma forma de compensação pela responsabilidade técnica que têm no exercício de suas respectivas profissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para comunicar à Casa que nós, depois da licença que solicitamos ao assumirmos a Prefeitura no período de 18 de dezembro ao dia 2 deste mês, reapresentamos no último dia 2 e, portanto, estamos fazendo expediente normal na Casa. Apenas esta comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do Dr. Acir Breda, Chefe da Casa Civil do Governo, que nos veio trazer a mensagem do aumento do funcionalismo, acompanhado também do Dr. Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública.

E anuncia para amanhã, solicitando a presença dos Senhores Deputados, a votação de todas as mensagens referentes ao aumento do funcionalismo público do Estado, Mi-

nistério Público, Tribunal da Justiça, Tribunal de Contas e Resolução da Assembléia Legislativa.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A razão de ser é naturalmente a euforia, o entusiasmo, a alegria de que sou tomado neste momento, ao ter conhecimento da Mensagem de Sua Excelência o Governador do Estado. Mensagem esta que vai dentro de algumas horas ser lida; aquela expectativa que pairou durante esse período todo que diz respeito, de qual seria o salário dos funcionários públicos, corrigidos na data base do ano 1990.

Como não poderia deixar de ser, e em especial a minha área de segurança pública, e muito especialmente a minha querida Polícia Militar, razão pela qual, tomada de uma emoção e de uma alegria infinita ao ter conhecimento aqui, pelo meu prezado e querido Secretário de Segurança e o Dr. Acir Breda, que assistem na nossa tribuna de honra, de que a nossa querida Polícia Militar foi devidamente aquinhoad.

Eu havia dito desta tribuna e havia dito por várias vezes que gostaria de ver novamente o soldado da Polícia Militar sorrir, e o soldado sorrindo significa calma, tranqüilidade, ordem e paz na nossa comunidade, na nossa instituição e no nosso Governo, razão pela qual antecipei, hoje, a minha presença nesta tribuna, sem saber, mas em contato com esses prezados e queridos Secretários, já tive conhecimento da mensagem que o Governo encaminhou e que será discutida amanhã.

Oportunamente irei cumprimentar o Governador do Estado, e quero crer que esta mensagem não sofra nenhuma mudança nestas últimas horas. E a perdurar o que acabo de ver e assistir, estou contente, razão pela qual não vou declinar números e nem tampouco valores, mas o meu sorriso, o minha alegria e a minha satisfação é indiscutivelmente a satisfação da minha querida Polícia Militar. Novamente vamos ter, prezados companheiros, a alegria e a satisfação de ver o nosso soldado sorrir. Desta feita, o Governo sensibilizou-se para a realidade. Está de parabéns o governo, a sociedade, o Estado, nós, Parlamentares, que juntos lutamos, defendemos e sustentamos a necessidade de estender não só para a área da segurança como para todo o funcionário público do Estado.

Amanhã voltarei a esta tribuna para entrar em detalhes, pois no momento a alegria contagiante e que não me permitiu ficar sentado e que não fosse extravasar, não fosse aqui declinar essa alegria infinita que no momento estou sentindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lindolfo Júnior com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A conquista dos "royalties" para o Paraná tem uma longa história. Vamos recordar uma parte importante dela.

"Esta idéia nasceu de uma angústia, uma angústia grave e séria que venho sentindo em todos os líderes políticos de nosso Estado."

A frase foi proferida no dia 3 de junho de 1981, pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, nesta Assembléia Legislativa, quando, mais uma vez, na campanha que vinha realizando há tempos, explicava a urgência em se estabelecer um sistema de compensação financeira pelos prejuízos que o Paraná vinha tendo com as inundações para a construção de hidrelétricas.

A angústia que levou o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho a tomar uma posição em defesa do Paraná, foi, naquela data, colocada por inteiro aos Deputados. Era o drama de milhares de famílias de agricultores expulsos da terra onde produziam - e a previsão sinistra - lamentavelmente confirmada, de que não encontrariam outra terra tão produtiva e adequada ao trabalho como os vales que faziam brotar formidáveis safras de soja, milho, feijão e arroz.

A angústia se confirmou, por exemplo, na manchete do jornal "Folha de São Paulo", do dia 3 de julho de 1983, que afirmava: "Ex-Colonos de Itaipu agora passam fome em Arapotí." A matéria jornalística, com texto de Eduardo Sganzerla, e fotos revelava que o Dr. Francisco tinha razão.

O Paraná perdia, além de Sete Quedas, além de milhões e milhões de toneladas de alimentos que deixariam de ser produzidos nas terras mais ricas do Estado, além de cidades inteiras sepultadas sob as águas. Também perdia parte da dignidade humana, milhares de famílias eram atingidas por mudança compulsória, saindo de seu berço, afastando-se de seu grupo social, de seus amigos e sendo jogadas para qualquer outro lugar.

O Paraná foi o único Estado brasileiro que, apesar do crescimento vegetativo da população, diminuiu o número de habitantes na pior fase de inundações.

Só a Itaipu cobriu mais de oitocentos quilômetros quadrados de terras produtivas. Mas não era só a Itaipu - a lista de projetos hidrelétricos, no início da década, apontava 57 reservatórios - muitos deles em construção atualmente. Divulgação da Secretaria do Planejamento, em 1982,

revelava que, o Paraná vai amargar a perda de 3.653 quilômetros quadrados de terra, ou 32% de seu território.

E na época, todas as consequências dos alagamentos, no lado maléfico, ficavam com o Estado. Já a energia produzida tinha e têm consumo garantido em outras regiões do País, mais industrializadas ou com população economicamente mais posicionada.

Outros Estados ficavam com a produção e o Paraná com o prejuízo.

A campanha então desenvolvida pela "Gazeta do Povo" revelava, a cada dia, o quanto era injusta esta situação. E com a conscientização de todos os paranaenses, a campanha foi ganhando ímpeto.

No início da década de oitenta, a denúncia dos problemas se transformou em proposta concreta: O Paraná precisa ser ressarcido.

Em plena ditadura, a reivindicação paranaense soava estranha ao modelo administrativo conservador. Os municípios e Estados dependiam diretamente de Brasília. Lá estava o poder central. Lá estavam as ordens, as reivindicações não eram consideradas. Mas a campanha da "Gazeta do Povo" levantou o Estado, e colocou todas as lideranças em posição.

A "Gazeta do Povo" começou então a fazer propostas concretas - que Itaipu pague as compensações - que se não puder fazê-lo em dinheiro, que pague em energia, cedendo gratuitamente eletricidade para o desenvolvimento de polos industriais e para a eletrificação da ferrovia para o oeste do Paraná.

A idéia da "energia a custo zero" era mesmo engenhosa. Itaipu pagaria a compensação pelos prejuízos causados cedendo uma mínima parte de sua produção energética, de graça, para o Estado.

Toda a Bancada Federal do Paraná, no Congresso Nacional se mobilizou e inúmeros projetos foram apresentados. Mas o Governo Federal detentor da maioria no Congresso, derrubou-os um por um.

O General Costa Cavalcante, então Presidente da Itaipu Binacional, em matéria jornalística deu uma resposta a campanha da "Gazeta do Povo", avisando: "Não há possibilidade da Itaipu pagar "royalties" ao Governo do Paraná pela exploração comercial da maior usina hidrelétrica do mundo."

Manifestações deste tipo, ironias outras, inclusive algumas que procuravam mostrar que a "Gazeta do Povo" incorria em grave erro jurídico ao pretender o recebimento de compensação financeira pelo uso do potencial hidráulico, de propriedade da União. Dizia-se até que se tratava de uma heresia jurídica, de falta de conhecimento da legislação.

Na ocasião, o Dr. Francisco Cunha Pe-

reira Filho, foi pesquisar, a fundo, a própria legislação que criou a Binacional e Itaipu, encontrando em uma das cláusulas do tratado entre Brasil e Paraguai, a resposta jurídica para provar aos políticos governistas de então, que a campanha da "Gazeta" não estava inventando nada. Mostrou ele que em vários estados americanos, os "royalties" pelo uso do potencial energético é um fato e, que o Brasil mesmo, a própria Itaipu pagaria "royalties" pela exploração do potencial do Rio Paraná. O que o Estado reivindicava era o seu mais legítimo direito de que os "royalties" - a compensação financeira que a Itaipu iria pagar à União - fosse inteiramente creditados ao Paraná. Afinal, todo o potencial energético estava em terra paranaense; as terras inundadas, no lado brasileiro são todas do Paraná e a própria usina geradora está em território paranaense.

Nada mais justo do que os "royalties" viessem ao Paraná.

E nada mais justo que esta compensação financeira fosse ampliada também para outros empreendimentos - como era o caso de Ilha Grande - ainda em construção.

Novamente os governistas de então, na defesa do modelo concentrador, visando manter os Estados e Municípios de chapéu na mão, dependentes de verbas e de autonomia do Governo Federal, procuraram demonstrar a inviabilidade do pagamento dos "royalties".

Era mesmo uma reivindicação inconstitucional, na ótica deles.

Mas os "royalties", por justiça, eram do Paraná, nem que para isso a Constituição tivesse que ser alterada.

Várias reuniões se sucederam com Ministros e até com o Presidente da República, num trabalho coordenado com muita competência pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Finalmente, o sonho tornou-se realidade, criando uma extraordinária fonte de receita para o Paraná.

A Lei sancionada pelo Presidente Sarney não só atende ao justo pleito do nosso Paraná, como também beneficia todos os demais territórios brasileiros que tiveram os seus territórios atingidos. É, portanto, uma conquista do Paraná em favor do Brasil.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Os benefícios financeiros a serem auferidos pelo Paraná e seus Municípios, ao longo das próximas 20 décadas à razão de 300 milhões de dólares anuais, totalizarão aproximadamente 60 bilhões de dólares, ou cerca de metade da atual dívida externa do Brasil. Estes números, por si só, indicam a dimensão desta grande conquista.

Por este auspicioso acontecimento e por outras tantas vitórias significativas obtidas pelo Paraná, através do brilhante trabalho desenvolvido pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, é que lembramos a todos os segmentos da sociedade que é chegado o momento de o Paraná, uníssono, convocar esse exemplo de cidadão honrado, digno e competente para participar ativamente da vida política do Paraná, como um dos seus mais ilustres militantes, com a mesma determinação, persistência, desprendimento e estoicismo, que são próprios da personalidade marcante desse grande líder empresarial.

O Paraná e o Brasil necessitam de homens da envergadura moral do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e precisam da força da sua inteligência e da sua capacidade de trabalho na busca das soluções dos grandes problemas nacionais.

Neste instante dizemos em alto e bom som a esse grande paranaense: Dr. Francisco, obrigado pela idéia; obrigado pelo trabalho; obrigado pela conquista!

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Termina de Ler)

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo o aparte com muito prazer a Vossa Excelência, Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Eminente Deputado Lindolfo Júnior, a manifestação de Vossa Excelência nesta tarde é realmente muito oportuna, baseada em méritos indiscutíveis deste homem público que tem sido um orgulho para todos nós paranaenses que é Francisco Cunha Pereira Filho. A sua visão, ao desenvolver a campanha vitoriosa para o recebimento, pelo Estado do Paraná, dos "royalties", foi uma demonstração de profunda preocupação com os direitos que devem ser buscados por aqueles que proporcionam as condições para o desenvolvimento.

Colocou muito bem Vossa Excelência a questão de quantas famílias deixaram de produzir e, conseqüentemente, proporcionar o desenvolvimento do Estado do Paraná, em função dos alagamentos para que a energia elétrica fosse produzida. Nada mais justo, portanto, o recebimento desses valores agora reconhecidos pelo Congresso Nacional de forma definitiva.

Compartilho com Vossa Excelência da opinião de que Francisco Cunha Pereira Filho deve participar das grandes decisões no Estado do Paraná, pela sua lucidez, pela sua capacidade, pelo seu espírito paranaense. Está de parabéns Vossa Excelência pela colocação histórica nesta tarde.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o seu aparte.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concedo a Vossa Excelência Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Lindolfo Júnior, bastante oportuno o assunto que Vossa Excelência traz à discussão na Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa que em tantas e tantas outras oportunidades já debateu, já conversou e deu o seu posicionamento favorável a esta luta iniciada há tantos anos atrás pelo Dr. Francisco em favor dos "royalties" no Paraná.

É evidente que o resultado da aprovação dessa lei será benéfico ao Paraná. E nesse momento se nos regozijamos com a sua aprovação, temos que lamentar evidentemente a demora desta ter acontecido.

Mas esta Assembléia, como disse em tantas e tantas ocasiões, já se posicionou a favor. E nós temos em nossa lembrança, embora nem aqui estivéssemos, trabalhos desenvolvidos por Parlamentares, como Ailton Cordeiro, como o hoje Deputado Federal Maurício Fruet, que também a nível de Câmara Federal, muito se dedicou pela aprovação dos "royalties" do Paraná. Como também, o nosso eminente Senador Gomes de Carvalho. São paranaenses todos eles que se somaram a esta luta com o Dr. Francisco Cunha Pereira, iniciou há muitos anos atrás, e que agora é coroada de pleno êxito. E o Paraná terá muito o que fazer realmente com esses "royalties". Tanto que esta Assembléia Legislativa, durante o seu período Constituinte, houve por bem estabelecer, que a quarta parte dos "royalties", destinado ao Estado do Paraná, não aquela destinada diretamente aos Municípios atingidos, quinhentos na conta dos "royalties", será destinada, ou melhor, será gerenciada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico que é administrado pelo BADEP.

E isto não será feito a juízo próprio, também daquela instituição financeira. Mas, sim, por uma Comissão paritária onde terá assento mais uma vez a Assembléia Legislativa, através de suas representações legítimas.

Com isso, fica evidente, mais uma vez, a importância do Parlamento, que acolheu e se somou a luta de uma figura eminente, como é o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e que agora, irá se somar mais uma vez, à Assembléia Legislativa e ao BADEP, ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná, no gerenciamento, na destinação desses recursos, que tanto bem esperamos,

possa trazer ao Paraná e a sua gente.

Por essas razões, é que cumprimento Vossa Excelência, por estar permitindo a este Parlamento, mais uma vez, se posicionar com clareza e com determinação, num assunto de tão grande importância, como é os "royalties" gerados pela energia elétrica mais como abundância, evidentemente, por Itaipu.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Deputado Orlando Pessuti, pelo aparte de Vossa Excelência também, encerrando o nosso pronunciamento, neste instante, dizemos em alto e bom som, a esse grande paranaense Dr. Francisco, muito obrigado pela idéia, obrigado pelo trabalho, obrigado pela conquista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMP, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB, se fará uso do seu Horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu Horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Nobres Senhores Deputados.

O Paraná, mais uma vez, e infelizmente para todos os paranaenses, sofre em função das medidas que são adotadas e por medidas

até que não foram adotadas pelo Governo Federal.

Todos nós, e principalmente aqueles que têm uma vivência mais direta com o setor agropecuário, devemos ter sido procurados nos últimos dias, pelos produtores rurais do nosso Estado, principalmente através do segmento organizado, que é o cooperativismo, para nos alertar e nos informar do que vem acontecendo nos últimos dias, mais especificamente na última semana, com referência ao pagamento do trigo produzido, vendido pelos produtores paranaenses, mas que até hoje não foram recebidos, porque o Governo Federal não pagou a eles a parcela que deveria pagar, no início deste mês de janeiro. É lamentável, porque no Paraná são 105 mil toneladas que ainda faltam para ser pagas. E isto representa, para este setor, um prejuízo muito grande, porque para aqueles que não sabem, o produtor tem que pagar o seu financiamento no Banco, corrigido diariamente pela BTN fiscal, ao passo que o produto que vende para o governo, ele recebe na BTN cheia, a BTN do dia primeiro do mês. Então, são prejuízos em cima de prejuízos e o Paraná é penalizado com isto. E nós temos assistido a isto, realmente, com muita tristeza. Mas, não com omissão. Porque tenho acompanhado não só pela imprensa escrita, mas também pela imprensa falada e televisada, a participação de eminentes lideranças do setor agrícola do Paraná, do cooperativismo, das federações da agricultura e de trabalhadores da agricultura, como também de eminentes outros Parlamentares, que no dia-a-dia têm-se posicionado na defesa dos produtores rurais do Paraná e se posicionado contrários àquilo que vem praticando o Governo Federal, neste caso específico, com a triticultura paranaenses. É um prejuízo que sofrem os nossos agricultores. É um prejuízo que sofre o Estado do Paraná, porque até o final do ano não havia recebido, também o Estado do Paraná, o repasse dos recursos do ICMS referente ao trigo e vendido pelo Paraná ao Governo Federal.

Não bastasse o problema da triticultura, vem agora uma outra medida com Conselho Nacional de Política Fazendária, que vem em prejuízo, mais uma vez, de um setor importante do Paraná, que é a avicultura, seja ele a avicultura de corte ou a avicultura de postura de ovos. Na última reunião da CONFAZ, em dezembro, foi decidido que a partir de agora, a comercialização de pintainhos de um dia será tributada. Não era tributada até bem poucos dias atrás, até o dia 28 de dezembro, quando foi tomada esta medida, que passou a vigorar a partir do dia 02 de janeiro.

É mais uma punição em cima de um setor produtivo. Quando o Governo deveria ir

buscar os seus recursos em cima da especulação, ele volta mais uma vez a sua ação, a sua voracidade, em cima de um setor produtivo, que para o Paraná, realmente, é significativo, que é a avicultura. É lamentável que mais este segmento que produz alimento para a mesa da classe mais pobre, que produz ovos e frangos, e a classe mais pobre, normalmente, como ovos e frango. Não tem acesso ao "filet mignon", não tem acesso ao alcatra, não tem acesso ao camarão, não tem acesso à lagosta. Então, é por isso que mais uma vez o Governo Federal, ao adotar uma medida de tributar a avicultura, através do tributo que está sendo cobrado a partir de agora, em cima dos pintainhos, vem prejudicar aqueles que são os menos favorecidos. Como é o caso dos assalariados, que pagam 25% de imposto de renda sobre o seu salário e que aplica no mercado financeiro paga apenas 7% em cima dos seus rendimentos. Tudo é rendimento, seja do mercado financeiro ou do mercado de trabalho exercido por qualquer um de nós.

Portanto, Senhor Presidente, fica o nosso registro, de mais estas medidas que o Governo Federal vem adotando, em prejuízo do setor produtivo. E em benefício, evidentemente, do setor especulativo, com o que nós não concordamos e temos lamentado todos os dias e brigado para que isto não se repita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 100/89 (Mensagem nº 121/89 Ex-Proposição nº 89/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o Termo de Convênio nº 81/89, celebrado em 17 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes e a URBS, objetivando implementar e viabilizar o Projeto Prática Educacional de Trânsito, que tem por escopo educar e transmitir conhecimentos sobre a prevenção de acidentes aos alunos das escolas e Curitiba. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regi-

mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª **DISCUSSÃO - da Mensagem n.º 03/90 dos Projetos de lei de autoria do Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, da Procuradoria Geral da Justiça e do projeto de resolução da Assembléia, todos tratando da mesma matéria.**

2.ª **DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 371/89**

1.ª **DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 409/89, 001/90, 002/90 e 003/90 e do Projeto de Resolução n.º 001/90.**

Levanta-se a sessão.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.

...a mais importante medida de caráter econômico, a ser adotada pelo Poder Executivo, para a recuperação da economia nacional, é a redução da despesa pública. Esta medida é fundamental para a manutenção do equilíbrio das contas públicas e para a atração de investimentos estrangeiros. A redução da despesa pública deve ser feita de forma planejada e gradual, sem prejudicar as atividades essenciais do Estado e da administração pública. A Assembléia Legislativa deve acompanhar de perto a execução desta medida e garantir que ela seja implementada de acordo com os princípios da transparência e da eficiência.